# Proposta da UE é recebida com frieza

## *Bloco gasta 43 bilhões de euros por ano para sustentar sua política agrícola*

Em 10 de maio último, os comissários de comércio e agricultura da União Européia, Pascal Lamy e Franz Fishler, apresentaram em caráter oficial à Organização Mundial do Comércio e aos seus 147 países membros, em Bruxelas, a proposta do bloco para liberalização agrícola. O documento, com três páginas, procura reforçar o interesse dos europeus em fazer avançar as negociações da Rodada de Doha, emperradas desde setembro passado, no encontro de Cancun, no México, por meio de uma oferta para as exportações agrícolas e a redução da demanda por novas regras comerciais controversas.

A oferta do bloco de eliminar subsídios à exportação deveria ocorrer em diferentes etapas por produto. A UE incorre numa despesa anual de cerca de US$2,8 bilhões com subsídios para exportar carnes, açúcar e lácteos, a fim de concorrer com Brasil e Argentina em terceiros mercados. A eliminação dessa política será gradual e poderá levar até 10 anos. No total, o benefício recebido pelos agricultores e pecuaristas da Política Agrícola Comum remonta a 43 bilhões de euros por ano.

A fórmula apresentada exige que haja "total paralelismo" na eliminação dos subsídios para a exportação. A referência tem como alvo: Estados Unidos, Canadá e Austrália. Os canadenses regulam como monopólio a produção e o preço do trigo, enquanto os Estados Unidos fornecem US$3,2 bilhões em créditos à exportação, o principal mecanismo para alavancar as vendas externas e fornecer ajuda aos países pobres. Sua eliminação pela administração Bush pode parecer fora de hipótese. Mas no começo do ano, Robert Zoellick, representante comercial americano, enviou carta aos membros da OMC com a proposta de eliminar os subsídios da exportação, se a Europa procedesse da mesma forma.

Para os países mais pobres, que formam o G-90, uma fraca coalizão dos chamados LDCs (Less Development Countries ou Países Menos Desenvolvidos) e dos 77 países da região formada por ACP (África, Caribe e Pacífico), a proposta tem um chamariz. Esses países não precisam assumir compromissos de liberação comercial adicional. Basta que eles aceitem consolidar na OMC suas tarifas de importação, que não podem ser superadas. Além disso, a UE retirou da agenda o tratamento em bloco dos chamados "temas de Cingapura" (investimentos, compras governamentais, políticas de concorrência e facilidade de comércio).

| As cotas oferecidas pela UE ao Mercosul |
|---|
| **Carne bovina** - 100 mil toneladas = US$650 milhões |
| **Etanol** - um bilhão de litros = US$280 milhões |
| **Frango** - 75 mil toneladas = US$116 milhões |
| **Milho** - 700 mil toneladas = US$75 milhões |
| **Trigo** - 200 mil toneladas = US$31,5 milhões |
| **Lácteos** - US$70 milhões |
| **Bananas** - US$8,5 milhões |

No tocante ao acesso de mercado, a UE sugere um mecanismo misto. O modelo não conta com a aprovação do G-20, pois o classificam de intrinsecamente injusto, já que permite aos países ricos continuarem a proteger seus mercados com tarifas elevadas nos produtos considerados sensíveis, como açúcar, carne bovina e produtos lácteos.

O maior receio é de que a proposta da UE possa criar novas categorias e divisões entre os países em desenvolvimento. Na própria Europa, o consenso está longe de ser alcançado. Em nota emitida, o Ministério de Economia e Finanças da França afirma ter "dúvidas" com relação à "pertinência de uma iniciativa que leve a UE a mostrar novas flexibilidades, sem nenhum sinal dos parceiros quanto ao cumprimento das contrapartidas pedidas pela Comissão Européia". O governo da Finlândia também julgou excessiva a oferta de ajuda nas exportações.

De qualquer forma, a proposta representa uma releitura da UE em relação às propostas anteriores, embora sem trazer grandes surpresas. Especificamente com o Mercosul, as propostas apresentadas de acesso ao mercado da UE representam cerca de US$1,7 bilhão, conforme cálculos da Confederação Nacional da Agricultura. As cotas preferenciais somam um acréscimo de US$1,27 bilhão e o corte de 50% nas tarifas de alguns produtos, como sucos e óleos, representando mais de US$400 milhões.

Até agosto, haverá uma série de reuniões em Paris e Genebra, com a intenção da OMC de conseguir um acordo sobre as diversas modalidades, que são os objetivos de negociação. A chamada Rodada de Doha foi lançada em 2001, durante encontro da OMC, no Qatar. A data prevista para o fim das negociações é janeiro próximo, porém, impasses nas discussões relativas a subsídios agrícolas emperram o avanço da rodada. ■